

Os Ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)

Paulo Drumond Braga

Palavras-chave

Ditadura Militar, Ministério da Instrução Pública, Ministros da Instrução Pública

Resumo

Este artigo pretende estudar os perfis dos homens que, entre 1926 e 1933, ou seja, durante a ditadura militar, desempenharam as funções de Ministros da Instrução Pública, assim como descortinar políticas educativas.

Title

The Ministers of Public Instruction during the Dictatorship (1926 - 1933)

Key words

Military Dictatorship, Minister of Public Instruction, the Ministers of Public Instruction.

Abstract

This article aims to study the profiles of the men who, between 1926 and 1933, i. e. during the military dictatorship, played the roles of Ministers of Public Instruction, as well as unveil education policy.

1 Introdução

De 30 de Maio de 1926 a 11 de Abril de 1933, Portugal viveu em ditadura militar. A mesma foi implantada na sequência do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, feito contra a profunda instabilidade política – que levava a um descrédito total dos homens e das instituições – e as sequelas da entrada de Portugal na I Guerra Mundial – inflação, desvalorização da moeda, falência de bancos e empobrecimento generalizado. Durou até ser promulgada a Constituição de 1933, que instituiu o Estado Novo³. Este artigo procura, fundamentalmente, caracterizar os homens que, de 1926 a 1933, desempenharam a função de ministros da Instrução Pública e, ao mesmo tempo, descortinar políticas educativas.

2 De Mendes dos Remédios a Gustavo Cordeiro Ramos

Nos vários executivos da ditadura militar, a pasta da Instrução Pública foi ocupada por nove pessoas, se descontarmos os dois primeiros titulares, que nunca a chegaram a exercer, Mendes Cabeçadas, que era, em simultâneo, chefe do Estado e do Governo⁵, e Gama Ochoa, que acumulava três ministérios mas nunca tomou posse de nenhum⁶. Quanto a Ivens Ferraz foi, interinamente, ministro da Instrução Pública, em simultâneo com a chefia do Governo.

Anote-se que um dos ministros, Gustavo Cordeiro Ramos, foi-o por duas vezes distintas. Um outro, Alfredo de Magalhães, já tinha sobraçado a pasta em tempos da Primeira República, concretamente durante a chamada República Nova (1917-1919). Refira-se ainda que Silva Teles, ao mesmo tempo que esteve no Campo de Santana, foi, em simultâneo, ministro da Justiça e dos Cultos, mas durante apenas sete dias.

Quadro 1
Ministros da Instrução Pública de 3 de Junho de 1926 a 11 de Abril de 1933

Nome	Início da função	Fim da função	Chefe do Governo	Observações
Mendes dos Remédios	03.06.1926	19.06.1926	Mendes Cabeçadas	
Artur Ricardo Jorge	19.06.1926	22.11.1926	Gomes da Costa e, a partir de 09.07.1926, Óscar Carmona	
Alfredo de Magalhães	22.11.1926	18.04.1928	Óscar Carmona	
Duarte Pacheco	18.04.1928	10.11.1928	José Vicente de Freitas	
Gustavo Cordeiro Ramos	10.11.1928	08.07.1929	José Vicente de Freitas	
Francisco Silva Teles	08.07.1929	11.09.1929	Ivens Ferraz	
Eduardo da Costa Ferreira	11.09.1929	13.11.1929	Ivens Ferraz	
Ivens Ferraz	14.11.1929	21.12.1929	Ivens Ferraz	Ministro interino
Victor Hugo Duarte de Lemos	21.12.1929	21.01.1930	Ivens Ferraz	
Gustavo Cordeiro Ramos	21.01.1930	24.07.1933	Domingos de Oliveira e, a partir de 05.07.1932, Oliveira Salazar	

Fonte: Alberto Laplaine Guimarães, Bernardo Diniz de Ayala, Manuel Pinto Machado e Miguel Félix António, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Quem eram estes homens? Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), licenciado e doutor pela Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, ingressou no respectivo corpo docente e, quando a mesma foi extinta, pelo recém proclamado regime republicano, passou à Faculdade de Letras, da qual foi bibliotecário (1911-1925) e director (1925-1930). Na Universidade, foi director da Biblioteca Geral (1900-1913) e reitor (1911-1913 e 1918-1919). Escreveu numerosos trabalhos sobre temas históricos, nomeadamente *Os Judeus*

em Portugal (2 vols., 1895-1928), e dirigiu edições de obras de Gil Vicente, Camões e José da Cunha Brochado, entre outros⁷.

Artur Ricardo Jorge (1886-1971) era filho do famoso médico higienista Ricardo Jorge. Licenciado em Medicina, preferiu seguir estudos nas áreas da zoologia e da botânica, tendo sido professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa desde a sua criação (1911). Escreveu textos como *A Botânica. Introdução ao Estudo das Plantas* (1912) e vários outros, dedicados aos museus de história natural⁸.

Alfredo de Magalhães (1870-1957) diplomou-se em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1896). Aqui foi docente, assim como na posterior Faculdade de Medicina (1902-1910 e 1919-1942), de que chegou a ser director (1923-1925). Foi também reitor da Universidade do Porto (1926). Aderiu ao republicanismo, ingressando na Maçonaria e filiando-se no Partido Republicano Português e depois no seu sucedâneo, o Partido Democrático. Deste veio a ser expulso em 1913, aderindo, mais tarde, ao sidonismo (1917-1919) e à ditadura militar. Exerceu as funções de director da Penitenciária de Lisboa (1910-1911), governador civil de Viana do Castelo (1910-1911 e 1911), deputado (1910-1911, 1915 e 1918-1919), governador-geral de Moçambique (1912-1913), ministro da Instrução Pública (1917-1918, 1918-1919 e 1926-1928) e da Marinha (1918), presidente da Câmara Municipal do Porto (1933-1936) e procurador à Câmara Corporativa (1935-1936)⁹.

Duarte Pacheco (1899-1943), engenheiro electrotécnico formado pelo Instituto Superior Técnico, ingressou no corpo docente desta escola, ascendendo à cátedra (1926) e à direcção (1926-1928 e 1936-1938). Além da pasta da Instrução Pública, foi ministro das Obras Públicas (1932-1936 e 1939-1943) e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1943). Devem-se-lhe obras como o Aeroporto de Lisboa, o Estádio Nacional, o Instituto Superior Técnico,

o Instituto Nacional de Estatística, os bairros de Alvalade, Encarnação, Madre de Deus, Restelo e Caselas e o Parque de Monsanto. Recuperou ainda o castelo de S. Jorge, o teatro de S. Carlos e o palácio de Queluz. Morreu em consequência de um acidente de viação¹⁰.

Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), diplomado pelo Curso Superior de Letras, doutorou-se em Filologia Germânica e tornou-se professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1913). Depois da sua passagem pelo governo, foi procurador à Câmara Corporativa (1935-1945) e director do Instituto de Alta Cultura (1942-1964), instituição que criara em 1929, com o nome de Junta de Educação Nacional. Foi sempre um grande admirador da Alemanha, onde esteve como bolseiro, no tempo da República de Weimar, embora as suas simpatias tenham ido, sobretudo, para o III Reich¹¹.

Silva Teles (1860-1930), diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, seguiu a carreira de médico naval, prestando serviço em diversas colónias portuguesas. A partir de 1900 optou pela vida docente, leccionando no Instituto Superior do Comércio de Lisboa, na Escola de Medicina Tropical de Lisboa, no Curso Superior de Letras e, finalmente, na sucessora deste, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi reitor da Universidade (1928-1929). Deixou uma importante obra como geógrafo¹².

Eduardo da Costa Ferreira (1888-1951), oficial do Exército, foi professor da Escola do Exército e combatente da I Guerra Mundial. Era, à data em que passou pelo governo, tenente-coronel. Ascendeu a coronel em 1937 e a general em 1948¹³.

Ivens Ferraz (1870-1933) foi adido militar em Londres (1919-1922) e, após o 28 de Maio de 1926, a que aderiu, desempenhou as funções de governador de Moçambique (1926), ministro do Comércio e Comunicações (1927-1928), das Colónias (1927-1928) e, interinamente, das Finanças (1928). Foi depois presidente do ministério, de 8 de Julho de 1929 a 21 de Janeiro de 1930, sobraçando ainda,

no seu próprio executivo, as pastas do Interior e, interinamente, dos Negócios Estrangeiros (1929). Leccionou na Escola do Exército e no Colégio Militar e organizou um inovador manual de inglês para o ensino liceal, que foi aprovado oficialmente nos primeiros anos da República¹⁴.

Victor Hugo Duarte de Lemos (1894-1959), licenciado e doutor em Matemática, foi professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, da Escola de Guerra e, interinamente, do Instituto Superior de Agronomia. Seguiu também uma carreira militar, tendo combatido na I Guerra Mundial. Em termos políticos, foi chefe de gabinete de Hélder Ribeiro, ministro da Instrução Pública (1924), além de titular da pasta, durante a ditadura militar. Nos seus últimos três anos de vida desempenhou as funções de reitor da Universidade de Lisboa, cabendo-lhe a inauguração do novo *campus* da capital, albergando as Faculdades de Letras, Direito e Medicina¹⁵.

As razões para a exoneração dos vários ministros da Instrução Pública prenderam-se sobretudo com a própria instabilidade governativa que caracterizou a ditadura militar¹⁶. Assim, Mendes dos Remédios não sobreviveu ao golpe de Estado que derrubou Mendes Cabeçadas, mas já Ricardo Jorge passou de um governo (o de Gomes da Costa) para outro (o de Carmona). Entretanto, o mesmo Ricardo Jorge demitiu-se¹⁷. Por seu turno, Alfredo de Magalhães foi sacrificado devido à crise académica provocada pelas medidas que tomou em Abril de 1928. Meses depois, quando Vicente de Freitas formou o seu segundo governo, em Novembro de 1928, na sequência do famoso incidente da portaria dos sinos¹⁸, Duarte Pacheco, o sucessor de Ricardo Jorge, cedeu por sua vez o lugar a Gustavo Cordeiro Ramos. Depois, novamente a mudança de presidente do ministério (Ivens Ferraz em lugar de Vicente de Freitas) levou à alteração do locatário do Campo de Santana: Silva Teles substituiu Gustavo Cordeiro Ramos.

A saída de Silva Teles da pasta da Instrução Pública foi de sua livre vontade. Em carta particular a um amigo, Gil Mont' Alverne de Sequeira, escrita em Fevereiro de 1930, escassos três meses antes da sua morte, Silva Teles deixou, a esse respeito, um interessantíssimo testemunho: “Como muitíssima gente, fui ministro. Habitado desde muito novo a ter vontade propria, sem obediencia á sacristia nem á rua, percebi, logo nos primeiros dias, que tinha a cercar-me, nas chamadas *esferas do poder*, uma atmosfera pouco simpatica. Como não me prestava a curvar novamente a espinha aos genios do Governo, fui imediatamente condenado, com grande satisfação minha. Imagina a minha situação, ao encontrar-me, no 1.º conselho de ministros, com uma colecção de pessoas ilustres, algumas das quais nem de nome conhecia. É claro que todos esses cavalheiros não ignoravam quem eu era. Souberam imediatamente que ás 9 da manhã, em ponto, até ás 13 e das 15 até ás 19, encontravam-me sistematicamente no ministerio, não deixando que os directores *mandassem* e lendo todos os processos com o maior cuidado possivel. Possuí um *dossier* completo de tudo. Ora esta conduta, que era defesa e não hostilidade, não convinha. Os conselheiros, as 2.^{as} almas dos ministros, desapareceram. Alguem escreveu-me, informando-me que a barca governamental faria agua pelo ministerio da I. Publica. Ao 1.º choque, e este havia de ser fatalmente com o sector-sacristia, disse ao chefe do Governo que não estava para os aturar. E despedi-me á francesa, sem deixar bilhetes a ninguem. Mas desforrei-me no dia da entrega ao meu sucessor, 12 dias depois de haver aberto a crise: mostrei, num longo discurso (que a censura não permitiu fôsse publicado na integra), que largava o poder um homem que sabia do seu officio e que não precisava de lições de ninguem. Em dois mezes tinha duas duzias de assuntos estudados, que foram entregues ao novo ministro. Os antigos colegas não gostaram. Tambem nunca os procurei”¹⁹.

Note-se que o sucessor de Silva Teles, Costa Ferreira, também se demitiu, escassos dois meses depois de ter chegado ao poder²⁰. Até escolher novo ministro, que veio a ser Duarte de Lemos, Ivens Ferraz assegurou a pasta interinamente. Finalmente, a substituição do referido Ivens Ferraz por Domingos de Oliveira trouxe de novo à Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, que se manteve depois da entrada de Salazar para a chefia do governo, em Julho de 1932.

3 Sociologia de uma função

Sete destes homens eram civis e apenas dois militares, Costa Ferreira e Ivens Ferraz, ambos oficiais do Exército. Embora o regime fosse de ditadura militar, e tendo 55,4% dos ministros sido militares²¹, havia interesse que uma pasta como a da Instrução Pública estivesse nas mãos de civis, nomeadamente professores universitários. Estes, aliás, ocuparam, ao todo, 21,5% dos cargos ministeriais entre 1926 e 1933²².

O tempo em que desempenharam a função variou muito, desde os 16 dias de Mendes dos Remédios aos três anos da segunda passagem pelo governo de Gustavo Cordeiro Ramos. Note-se, contudo, que, para além deste, Alfredo de Magalhães foi o único a ultrapassar a barreira dos 12 meses. Tudo isto está de acordo com a tendência geral dos anos da ditadura militar: 58,5% dos ministros foram-no menos de um ano e 38,5% entre um e 3,9 anos²³.

O mais jovem a entrar para o governo como ministro da Instrução Pública foi Duarte Pacheco, que fez 29 anos no dia imediato à sua tomada de posse. Por seu turno, Silva Teles, que completou 69 anos durante a sua gestão, foi o mais velho. A média de idades no período em estudo para todos os membros do governo é de 49 anos, achando-se a maior parte (42,2%) entre os 50 e os 59²⁴. Causa, portanto, estranheza o caso de Duarte Pacheco²⁵.

Os civis eram todos professores do ensino superior, concretamente das Universidades de Coimbra (Mendes dos Remédios), Lisboa (Artur Ricardo Jorge, Silva Teles, Duarte de Lemos e Gustavo Cordeiro Ramos) e Porto (Alfredo de Magalhães) e do Instituto Superior Técnico de Lisboa (Duarte Pacheco). Alfredo de Magalhães e Silva Teles eram mesmo, à data da sua entrada para o governo, reitores das respectivas universidades. Mendes dos Remédios tinha-o sido anteriormente e Duarte de Lemos foi-o muito tempo depois. É de notar que, durante a ditadura militar, 75,8% dos ministros foram licenciados e 24,1% doutorados²⁶.

Em termos de áreas de conhecimento, Mendes dos Remédios diplomara-se em Teologia por Coimbra, embora se tenha depois dedicado às Letras, Artur Ricardo Jorge, Alfredo de Magalhães e Silva Teles eram oriundos da Medicina, Duarte Pacheco da Engenharia Electrotécnica, Gustavo Cordeiro Ramos da Filologia Germânica e Duarte de Lemos da Matemática. Vence claramente a Medicina que, no total dos ministros da ditadura militar, representava apenas 7,8% do total²⁷.

Quanto a escolas de origem, Lisboa era claramente predominante (Artur Ricardo Jorge, Silva Teles, Duarte Pacheco, Gustavo Cordeiro Ramos, Duarte de Lemos), achando-se Coimbra e o Porto com um único representante cada, Mendes dos Remédios e Alfredo de Magalhães, respectivamente²⁸.

4 Políticas educativas

Segundo A. H. de Oliveira Marques, os executivos da ditadura militar, livres das peias parlamentares, tiveram uma importante acção legislativa, atingindo uma média de mais de seis diplomas por dia – concretamente, 6,17 – , apenas comparável ao Governo provisório que se seguiu à implantação da República (Outubro de

1910- Setembro de 1911), cuja média subiu a 6,48%. Dentro da ditadura militar, o ministério mais profícuo foi o de Gomes da Costa, com uma média diária de 6,8 diplomas²⁹. Vejamos o caso concreto da Instrução Pública.

Mendes dos Remédios proibiu a coeducação nas escolas primárias (8 de Junho de 1926), reintegrou professores universitários afastados pela Primeira República (12 de Junho de 1926) e promulgou um decreto que mencionava a autonomia pedagógica das universidades, dando-lhes o prazo de 15 dias para elegerem os respectivos reitores e demais autoridades académicas (12 de Junho de 1926)³⁰.

Artur Ricardo Jorge criou um Conselho de Inspeção do ensino (17 de Setembro de 1926), que causou uma onda de protestos, tendo a medida sido revogada, e promulgou novos estatutos do ensino liceal e do ensino superior (ambos a 2 de Outubro de 1926). O primeiro passou de sete a seis anos obrigatórios, diminuindo o número de cadeiras. No dizer expressivo do decreto, “ensine-se menos para se saber mais”. Criou o Conselho Superior de Instrução Pública (28 de Julho de 1926), mandou estabelecer em Lisboa 12 escolas infantis, ou seja, destinadas ao que hoje se chama educação pré-escolar (28 de Outubro de 1926), e reorganizou a inspeção das escolas primárias (17 de Novembro de 1926)³¹.

Alfredo de Magalhães promoveu reformas dos ensinamentos liceal (20 de Janeiro de 1927) e primário (17 de Maio de 1927). No caso do primeiro, a escolaridade obrigatória voltou a ser de sete anos. O oposto se passou no segundo: reduziu-se o ensino primário geral, agora chamado elementar, de cinco para quatro classes e o ensino primário superior, agora chamado complementar, de três para duas classes. O ministro confirmou ainda a separação dos sexos nas salas de aula (18 de Maio de 1927, 16 de Junho de 1927 e 15 de Fevereiro de 1928). Preocupou-se também com o ensino infantil, apontando a necessidade de criar mais creches (29 de Outubro de 1927) e

extinguiu a União do Professorado Primário Oficial (27 de Janeiro de 1928), acusando-a de comunista. Também assinou o polémico decreto de 12 de Abril de 1928 que extinguiu a Faculdade de Letras do Porto, a Faculdade de Direito de Lisboa, a Faculdade de Farmácia de Coimbra, a Escola Normal Superior de Coimbra, as escolas normais primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada e o Liceu da Horta. Vários professores de Direito de Lisboa, alguns deles claramente identificados com os novos poderes instituídos em Portugal, entre os quais dois futuros ministros da Educação Nacional, Carneiro Pacheco e José Caeiro da Mata, protestaram fortemente. Também houve uma greve dos alunos de todas as universidades e a queda do ministro aconteceu, mas o governo somente recuou na extinção da Faculdade de Direito de Lisboa e do Liceu da Horta³².

Duarte Pacheco – de quem Franco Nogueira escreveu, significativamente, “não é um puro do regime e são democráticas à maneira antiga as suas tendências”³³ – sofreu os efeitos das polémicas medidas do seu antecessor, mas conseguiu que os alunos regressassem às aulas. Determinou que os reitores das universidades passassem a ser nomeados pelo governo, mantendo a eleição dos vice-reitores (3 de Julho de 1928); reorganizou a inspecção do ensino primário (21 de Agosto de 1928 e 10 de Outubro de 1928); contraiu um empréstimo para melhorar os edifícios dos liceus, com o objectivo de erguer novos, concluir os que já estavam começados e levar a cabo grandes reparações (11 de Setembro de 1928); e criou os liceus municipais (21 de Setembro de 1928), que, contudo, só abririam quatro anos depois. Deu alguma liberdade ao ensino primário particular (9 de Outubro de 1928), reestruturou o ensino normal primário – que passou de três para quatro anos, melhorando a preparação pedagógica dos futuros docentes (15 de Outubro de 1928) – e promulgou a lei orgânica da Faculdade de Direito de Lisboa (16 de Outubro de 1928)³⁴.

Se pouco ou nada restou da acção governativa de Silva Teles,

Costa Ferreira, Ivens Ferraz e Duarte de Lemos enquanto ministros da Instrução Pública – o primeiro ainda nomeou uma comissão para levar a cabo a reforma do ensino técnico profissional³⁵ - , o contrário aconteceu com Gustavo Cordeiro Ramos. Ao longo das suas duas permanências no Campo de Santana, o ministro da Instrução Pública mais duradouro da ditadura militar tomou numerosas medidas³⁶. Em termos de apoio à investigação científica, criou a Junta de Educação Nacional (16 de Janeiro de 1929)³⁷. Quanto ao ensino superior, fez nascer a Universidade Técnica de Lisboa, que albergava várias escolas, como os Institutos Superior Técnico e Superior de Agronomia (2 de Dezembro de 1930). No ensino liceal, impôs a nomeação dos reitores e vice-reitores pelo governo (22 de Abril de 1930) e promulgou um novo estatuto do ensino secundário que, entre outras coisas, reformava os programas (18 de Dezembro de 1931). No que toca ao ensino técnico profissional, tomou uma série de medidas para uniformizar as escolas existentes, criando umas, extinguindo outras e mexendo nos *curricula* (4 de Junho de 1930 e 20 de Outubro de 1931). Quanto ao ensino primário, que foi talvez onde mais se sentiu a sua acção, passou a haver dois graus, o primeiro, obrigatório, com três classes, e o segundo, facultativo, com uma única classe (22 de Março de 1930); foram criadas, em substituição das Escolas Normais Superiores, as Escolas dos Magistério Primário (19 de Julho de 1930) – que existiriam até 1986, tendo sido substituídas pelas Escolas Superiores de Educação, criadas uns anos antes (1979) – ; nasceram cursos nocturnos do ensino primário (5 de Agosto de 1930); surgiram os postos de ensino (30 de Novembro de 1931) – em aldeias sem escolas, com o ensino ministrado por pessoal sem qualquer preparação profissional, e que duraram até 1973, ainda que com o nome de postos escolares desde 1936³⁸ –; passaram a ser obrigatórias máximas de carácter moral nos livros de leitura das escolas primárias (19 de Março de 1932)³⁹; foi extinto o

ensino primário complementar, que se destinava aos alunos que não quisessem seguir os estudos nos liceus ou escolas técnicas (19 de Setembro de 1932); e foi reorganizada a Direcção Geral do Ensino Primário (30 de Março de 1933). Quanto à educação pré-escolar, Gustavo Cordeiro Ramos determinou que as professoras primárias poderiam, na falta de especialistas, trabalhar nas classes infantis (30 de Janeiro de 1930); extinguiu, nas Escolas do Magistério Primário, o curso de magistério infantil (25 de Agosto de 1931); mas acabou por o restabelecer, apenas em Lisboa e no Porto, com a duração de um ano (29 de Setembro de 1932). Pode ainda acrescentar-se a tudo isto que restringiu a liberdade de associação dos professores (19 de Fevereiro de 1930) e introduziu novas normas de procedimento disciplinar contra os mesmos e ainda contra alunos (9 de Abril de 1931, 12 de Fevereiro de 1932, 1 de Abril de 1932 e 25 de Maio de 1933).

5 Conclusão

Tinha razão Maria Filomena Mónica quando escreveu que a “rápida sucessão de ministros” da Instrução Pública foi adiando as reformas profundas que muitos desejavam. Em Dezembro de 1929, a revista *Educação Nacional* interrogava-se, de forma reveladora, “Onde está um Salazar da Instrução Pública?”⁴⁰. Um outro historiador, António Nóvoa, complementou o raciocínio da autora anteriormente citada, escrevendo que há “um certo desnorte na acção governativa” dos vários ministros da Instrução Pública até 1936. Ainda assim, o mesmo nota um objectivo: “o desmantelar das concepções, das representações e das práticas da escola republicana”⁴¹. Disso são exemplos medidas como a extinção de algumas Faculdades e outras escolas, a redução da escolaridade obrigatória, o fim da coeducação e um maior controlo sobre os professores. Ainda assim, alguns ministros da Instrução Pública tomaram medidas de clara continuidade

em relação à Primeira República, como a criação de mais escolas infantis e o aumento da duração dos cursos de formação dos professores primários.

Essa “falta de coerência de propósitos”, para usar, uma vez mais, as palavras de António Nóvoa⁴², teve fundamentalmente a ver com a instabilidade que caracterizou esta fase da história portuguesa, e a que anteriormente já fiz referência. Pouco havia de comum entre os homens que desempenharam o poder, ou que o apoiaram, de 1926 a 1933: uns queriam a eternização pura e simples da ditadura militar, entendendo que esta era já em si mesma um regime; outros pensavam que, ultrapassados os principais problemas do País, se devia rapidamente regressar ao sistema constitucional interrompido em 1926; finalmente aqueles que, como era o caso de Salazar, consideravam que deveria nascer um regime totalmente diferente. Tendo do seu lado a maior parte da Igreja, dos monárquicos e dos intelectuais de direita, tendo colhido ainda o apoio de alguns antigos políticos da Primeira República, para além de ter agradado à classe média e aos mais humildes, graças aos seus discursos, simples e concisos, sem a retórica habitual dos políticos do passado, o jovem professor da Universidade de Coimbra foi fazendo a sua caminhada para o poder⁴³.

Gustavo Cordeiro Ramos foi talvez o ministro da Instrução Pública que mais se identificou com o pensamento do Ministro das Finanças e depois Chefe do governo, em termos de política educativa. Era o tal Salazar da Instrução Pública que faltava. Um dos seus antecessores no Campo de Santana, Silva Teles, em carta já anteriormente citada, chamou-lhe “creatura do enorme Salazar”⁴⁴. A sua política foi de total ideologização do ensino e sua crescente submissão ao Estado. Vale a pena recordar algumas das suas ideias. Uma das ocasiões em que as manifestou mais claramente foi em 1937, quando já não era ministro e usou da palavra num ciclo de conferências promovido pelo Centro de Estudos Corporativos da

União Nacional. Segundo ele, a escola não devia “apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, isto é, transmitir conhecimentos que não contrariem, antes favoreçam os fundamentos morais do Estado”. Através dessa nova concepção de educação, o aluno devia aprender “o orgulho da sua terra, do seu povo, aos quais são devidos os maiores sacrifícios e serviços, por muito pesados que sejam”. Concluía lembrando que “a ordem nova, com os seus conceitos dominantes de autoridade, nação, personalidade, só se compreende admitindo uma ordem superior; é inaceitável sem a ideia e a prática de Deus”. Pode assim dizer-se que Gustavo Cordeiro Ramos iniciou um processo que teve a continuidade lógica, assim como o momento mais alto, com um dos seus sucessores no cargo, Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional de 1936 a 1940.

Referências bibliográficas

- Adão, Áurea, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, 1984.
- Adão, Áurea, Remédios, Maria José, “A narratividade educativa na 1.º fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 5, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, pp. 85-109.
- Adão, Áurea, Gonçalves, Maria Neves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da Administração Centralizada à Gestão Periférica*, Lisboa, Horizonte, 2007.
- Alípio, Elsa Santos, *José Mendes Cabeçadas Júnior. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.
- Almaça, Carlos, “Artur Ricardo Jorge (1886-1972)”. Reorganização científica e pedagógica do Museu Bocage”, in *Memórias de Professores Cientistas*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2001, pp. 26-34.
- Almeida, Pedro Tavares de, Pinto, António Costa, “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”, in *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial. 1850-2000*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006, pp. 19-58.

- Alves, Luís Alberto Marques, “O ensino”, in *Portugal e a Regeneração*, coordenação de Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. X), Lisboa, Presença, 2004, pp. 303-339.
- Anais da Revolução Nacional*, direcção de João Ameal, 5 vols., Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1948-1956.
- Araújo, Helena Costa, *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século. Contextos, Percursos e Experiências. 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- Baptista, Maria Isabel, *O Ensino Normal Primário. Currículo, Práticas e Políticas de Formação*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004.
- Braga, Paulo Drumond, “Um madeirense na chefia do governo de Portugal: José Vicente de Freitas”, *Islenha*, n.º 43, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Julho-Dezembro de 2008, pp. 102-116.
- Brandão, Fernando de Castro, *A Ditadura Militar. 1926-1933. Uma Cronologia*, Lisboa, Europa, 2007.
- Caeiro, Olívio, “Gustavo Cordeiro Ramos, pioneiro da germanística em Portugal”, in *Os Estudos Germanísticos nos 80 Anos da Faculdade de Letras de Lisboa*, organização de Rita Iriarte, Teresa Cadete e Teresa Furtado, Lisboa, Colibri, 1993, pp. 9-21.
- Campinos, Jorge, *A Ditadura Militar. 1926 / 1933*, Lisboa, Dom Quixote, 1975.
- Cardona, Maria João, *Para a História da Educação de Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora, 1997.
- Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Castelo, Cláudia, “Lemos, Victor Hugo Duarte de”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 731.
- Castelo, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 1148-1150.
- Castelo, “Remédios, Joaquim Mendes dos”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 1168-1169.
- Castelo, “Teles, Francisco Xavier da Silva”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 1371-1372.
- Castilho, J. M. Tavares, “Mendes Cabeçadas”, in *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenação de António Costa Pinto, com a colaboração de Maria Inácia Rezola, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 120-129.
- Enes, Carlos, “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 533.
- Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da sua Morte (1943-1993)*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 1993.
- Faria, Cristina, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Colibri, 2000.
- Farinha, Luís, “Cabeçadas Júnior, José Mendes”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 106.
- Farinha, Luís, “Ditadura Militar”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 273-274.
- Figueiras, Rita, “Magalhães, José Alfredo Mendes de”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, pp. 40-44.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vols. 7, 19 e 39, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.].
- Leal, Ernesto Castro, “Magalhães, José Alfredo Mendes de”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 841-843.
- Leal, Ernesto Castro, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 1036-1037.
- Leal, Odília Castro, “Jorge, Artur Ricardo”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direc-

- ção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 688-689.
- Loff, Manuel, “Pacheco, António de Faria Carneiro”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 1030-1035.
- Marques, A. H. de Oliveira, “A conjuntura”, in *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI), Lisboa, Presença, 1991, pp. 291-340.
- Marques, A. H. de Oliveira, “O Estado e as leis”, in *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI), Lisboa, Presença, 1991, pp. 678-745.
- Marques, A. H. de Oliveira, Guionte, Paulo, Mesquita, Pedro Teixeira, Dias, João José Alves, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2000.
- Mónica, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, Presença, 1978.
- Mont’Alverne de Sequeira. *Correspondência (1881-1830)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Francisco de Carvalho Louro, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- Nóvoa, António, “A ‘Educação Nacional’”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XII), Lisboa, Presença, 1992, pp. 455-519.
- Nóvoa, António, Barroso, João, Ó, Jorge Ramos do, “O todo poderoso império do meio”, in *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*, organização de António Nóvoa e de Ana Teresa Santa-Clara, Porto, Asa, 2003, pp. 17-73.
- Oliveira, César de, “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 350-351.
- Oliveira, “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 28-29.
- Peres, Damião, *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, Suplemento, Porto, Portucale, 1954.
- Pimenta, José Ramiro, “Introdução. Traços de uma biografia científica”, in Silva Teles, *Obras. A Ciência Geográfica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004, pp. I-XXXV.
- Proença, Maria Cândida, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 709-710.
- Proença, Maria Cândida, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 813-814.
- Ramos, Gustavo Cordeiro, “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo”, in *Uma Série de Conferências*, Lisboa, União Nacional, Centro de Estudos Corporativos, 1937, pp. 363-378.
- Rios, Ana Paula Lopes Andrade, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, pp. 422-424.
- Rios, Ana Paula Lopes Andrade, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974, Regentes Escolares. “Colaboradores Benévolos” ao Serviço da Educação Nacional*, dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, secção de História do Século XX, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, 2 vols., Lisboa, 1997.
- Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma História da Instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, Diamantino, Maria do Céu, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 710-711.
- Rolo, António Rosmaninho, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário Biográfico*

- Parlamentar. 1935-1974*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, pp. 282-284.
- Rosas, Fernando e outros, *O Estado Novo (1926-1974)* (= *História de Portugal*, direcção de José Matoso, vol. VII), Lisboa, Estampa, 1994, pp. 151-206.
- Santos, Cândido dos, “175 anos do ensino médico no Porto: vultos e acontecimentos marcantes”, in id., *Para a História da Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, 2007, pp. 159-161.
- Santos, Cândido dos, *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, Universidade do Porto, Reitoria, 1996.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XIII (*Do 28 de Maio ao Estado Novo. 1926-1935*), Lisboa e São Paulo, Verbo, 1997.
- Teixeira, Nuno Severiano, “Cabeçadas Júnior, Joaquim Mendes”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 195-196.
- Teixeira, Nuno Teotónio, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. IX, Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 18-19.
- Torgal, Luís Reis, “Construção orgânica do Estado Novo. Princípios, leis, instituições e formas de propaganda”, in id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. II, 2.ª edição, revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 210-219.
- Torgal, Luís Reis, “Em vez de bibliografia... um levantamento bibliográfico”, in Id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. II, 2.ª edição, revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 323-410 e 425-437.
- Torgal, Luís Reis, “Estado Novo, Europa e Atlântico”, in id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. I, 2.ª edição, revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 499-564.
- Torgal, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra (1926-1961)*, Coimbra, Minerva, 1999.
- Vicente, António Pedro, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. IX, Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 17-18.
- Wheeler, Douglas, “Ditadura Militar”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 561-564.
- Wheeler, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa. 1926-1933*, Mem Martins, Europa-América, 1986.

Notas

¹ Sobre este período da história portuguesa, cfr. Damião Peres, *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, Suplemento, Porto, Portucalense, 1954, pp. 425-497; Jorge Campinos, *A Ditadura Militar. 1926 / 1933*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa. 1926-1933*, Mem Martins, Europa-América, 1986; Id., “Ditadura Militar”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 561-564; A. H. de Oliveira Marques, “A conjuntura”, in *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (*Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI), Lisboa, Presença, 1991, pp. 737-745; Fernando Rosas e outros, *O Estado Novo (1926-1974)* (= *História de Portugal*, direcção de José Matoso, vol. VII), Lisboa, Estampa, 1994, pp. 151-206; Luís Farinha, “Ditadura Militar”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 273-274; Fernando de Castro Brandão, *A Ditadura Militar. 1926-1933. Uma Cronologia*, Lisboa, Europress, 2007. Refira-se ainda uma obra escrita com intuítos

laudatórios, mas com muita informação e uma riquíssima iconografia, os *Anais da Revolução Nacional*, direcção de João Ameal, 5 vols., Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1948-1956 (à fase da Ditadura Militar interessam apenas os três primeiros volumes, o I referente a 1926, o II a 1926-1930 e o III a 1930-1936).

² Sobre os anos da chamada “Nova República Velha” (1919-1926), leia-se A. H. de Oliveira Marques, “A conjuntura”, pp. 724-738.

³ Seria estulto tentar indicar os principais títulos bibliográficos sobre o Estado Novo, regime que durou de 1933 a 1974. Remete-se o leitor interessado para o excelente levantamento, tematicamente organizado, da autoria de Luís Reis Torgal, “Em vez de bibliografia... um levantamento bibliográfico”, in Id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaio de História Política e Cultural*, vol. II, 2.^a edição, revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 323-410 e 425-437.

⁴ O Ministério da Instrução Pública foi criado pela Primeira República (1913), depois de duas curtas experiências anteriores (1870 e 1890-1892). Cfr. A. H. de Oliveira Marques, “O Estado e as leis”, in *Portugal da Monarquia para a República*, pp. 301-303; Luís Alberto Marques Alves, “O ensino”, in *Portugal e a Regeneração*, coordenação de Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. X), Lisboa, Presença, 2004, pp. 336-337; Áurea Adão e Maria Neves Gonçalves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da Administração Centralizada à Gestão Periférica*, Lisboa, Horizonte, 2007.

⁵ Mendes Cabeçadas (1883-1965), oficial da armada, participou na implantação da República (1910), tendo pertencido, sucessivamente, aos partidos unionista, liberal, nacionalista e União Liberal Republicana, chegando a deputado por três vezes (1911-1915, 1915-1917 e 1921). Foi depois um dos responsáveis pelo golpe de 28 de Maio de 1926, sendo, na época, capitão-de-mar-e-guerra. Desempenhou as funções de chefe do governo, com poderes de presidente da República, de 30 de Maio a 17 de Junho de 1926. Afastado do poder por Gomes da Costa, tornou-se rapidamente opositorista do Estado Novo, envolvendo-se em conspirações como as de 1946 e 1947, concorrendo à Assembleia Nacional e apoiando candidaturas presidenciais como a de Humberto Delgado. Cfr. Luís Farinha, “Cabeçadas Júnior, José Mendes”, in *Dicionário de História do Estado Novo* [...], vol. I, p. 106; Nuno Severiano Teixeira, “Cabeçadas Júnior, Joaquim Mendes”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* [...], vol. VIII, pp. 195-196; J. M. Tavares Castilho, “Mendes Cabeçadas”, in *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenação de António Costa Pinto, com a colaboração de Maria Inácia Rezola, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 120-129; Elsa Santos Alípio, José Mendes Cabeçadas Júnior. Fotobiografia, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.6 Gama Ochoa (1877-1941), oficial da Armada, pertenceu aos partidos unionista e republicano presidencialista, ascendendo a deputado pelo primeiro (1915-1917). Era capitão-de-fragata quando chegou ao governo, acumulando três pastas (Interior, Negócios Estrangeiros e Instrução Pública), que nunca exerceu, apenas de 1 a 3 de Junho de 1926. Posteriormente foi Ministro das Colónias (19 de Junho a 6 de Julho de 1926) e representante diplomático de Portugal em Paris (1926-1941). Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 19, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], pp. 165-166.

⁷ Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma História da Instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 299-305 e 313-315; Cláudia Castelo, “Remédios, Joaquim Mendes dos”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], pp. 1168-1169.

⁸ Carlos Almaça, “Artur Ricardo Jorge (1886-1972)”. Reorganização científica e pedagógica do Museu Bocage”, in *Memórias de Professores Cientistas*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2001, pp. 26-34; Odília Castro Leal, “Jorge, Artur Ricardo”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], pp. 688-689.

⁹ A. H. de Oliveira Marques, Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita e João José Alves Dias, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2000, p. 281; Ernesto Castro Leal, “Magalhães, José Alfredo Mendes de”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], pp. 841-843; Rita Figueiras, “Magalhães, José Alfredo Mendes de”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol. II [...], pp. 40-44; Cândido dos Santos, “175 anos do ensino médico no Porto: vultos e acontecimentos marcantes”, in id., *Para a História da*

Universidade do Porto, Porto, Universidade do Porto, 2007, pp. 159-161.

¹⁰ *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da sua Morte (1943-1993)*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olistiponenses, 1993; Maria de Lurdes Rodrigues e Maria do Céu Diamantino, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de História do Estado Novo [...]*, vol. II, pp. 710-711; Nuno Teotónio Pereira, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento [...]*, vol. IX, pp. 18-19; Ernesto Castro Leal, “Pacheco, Duarte”, in *Dicionário de Educadores Portugueses [...]*, pp. 1036-1037.

¹¹ Maria Cândida Proença, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário de História do Estado Novo [...]*, vol. II, oo. 813-814; Olívio Caeiro, “Gustavo Cordeiro Ramos, pioneiro da germanística em Portugal”, in *Os Estudos Germanísticos nos 80 Anos da Faculdade de Letras de Lisboa*, organização de Rita Iriarte, Teresa Cadete e Teresa Furtado, Lisboa, Colibri, 1993, pp. 9-21; Cláudia Castelo, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário de Educadores Portugueses [...]*, pp. 1148-1150; Ana Paula Rias, “Ramos, Gustavo Cordeiro”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, pp. 422-424. Sobre a germanofilia no Estado Novo, cfr. Luís Reis Torgal, “Estado Novo, Europa e Atlântico”, in id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaio de História Política e Cultural [...]*, vol. I, pp. 502-533.

¹² Cláudia Castelo, “Teles, Francisco Xavier da Silva”, in *Dicionário de Educadores Portugueses [...]*, pp. 1371-1372; José Ramiro Pimenta, “Introdução. Traços de uma biografia científica”, in Silva Teles, *Obras. A Ciência Geográfica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004, pp. I-XXXV.

¹³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira [...]*, vol. 7, p. 902, e vol. 39, p. 406.

¹⁴ César de Oliveira, “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de História do Estado Novo [...]*, vol. I, pp. 350-351; “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento [...]*, vol. VIII, pp. 28-29; Carlos Enes, “Ferraz, Artur Ivens”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 533.

¹⁵ Cláudia Castelo, “Lemos, Victor Hugo Duarte de”, in *Dicionário de Educadores Portugueses [...]*, p. 731.

¹⁶ O primeiro chefe do governo da ditadura militar foi o capitão-de-mar-e-guerra Mendes Cabeçadas (30 de Maio a 17 de Junho de 1926), derrubado pelo general Gomes da Costa, que exerceu as funções de 17 de Junho a 9 de Julho de 1926). Foi por sua vez afastado pelo general Óscar Carmona (chefe do governo de 9 de Julho de 1926 a 18 de Abril de 1928). Tendo Carmona ficado em exclusivo com a chefia do Estado, a do Governo foi sucessivamente desempenhada pelo coronel Vicente de Freitas (de 18 de Abril de 1928 a 8 de Julho de 1929) e pelos generais Ivens Ferraz (de 8 de Julho de 1929 a 21 de Janeiro de 1930) e Domingos de Oliveira (de 21 de Janeiro de 1930 a 5 de Julho de 1932). A este sucedeu Salazar, designado a 5 de Julho de 1932, e que abriu caminho ao fim da ditadura militar.

¹⁷ Damião Peres, *História de Portugal [...]*, Suplemento [...], p. 433.

¹⁸ Sobre este incidente, cfr. Paulo Drumond Braga, “Um madeirense na chefia do governo de Portugal: José Vicente de Freitas”, *Isleña*, n.º 43, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Julho-Dezembro de 2008, p. 110, onde se indica a principal bibliografia.

¹⁹ *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1830)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Francisco de Carvalho Louro, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980, pp. 373-374. Veja-se ainda Damião Peres, *História de Portugal [...]*, Suplemento [...], p. 460.

²⁰ Damião Peres, *História de Portugal [...]*, Suplemento [...], p. 460.

²¹ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”, in *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial. 1850-2000*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006, p. 41.

²² Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 41.

²³ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 25.

²⁴ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 34.

²⁵ Anos antes, durante o sidonismo, verificaram-se situações idênticas, como a de Henrique

Forbes Bessa, estudante do Instituto Superior Técnico, que foi governador civil de Lisboa, ministro do Interior e do Trabalho, aos 23-24 anos. Cfr. A. H. de Oliveira Marques, “A conjuntura” [...], p. 719.

²⁶ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 38.

²⁷ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 38.

²⁸ Em termos globais dos ministros do período 1926-1933, 68,8% haviam-se formado em Lisboa, 27,9% em Coimbra e apenas 6,5% no Porto. Cfr. Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999 [...]”, p. 38.

²⁹ A. H. de Oliveira Marques, “A conjuntura” [...], p. 308-309.

³⁰ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 729; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XIII (*Do 28 de Maio ao Estado Novo. 1926-1935*), Lisboa e São Paulo, Verbo, 1997, 41-42. Alguns aspectos mais particulares são analisados por Áurea Adão, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, 1984.

³¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 733 e 740; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XIII [...], pp. 607-608; Odília Castro Leal, “Jorge, Artur Ricardo” [...], p. 688. A respeito da inspecção, cfr. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, Presença, 1978, p. 159. Sobre a educação pré-escolar no período da ditadura militar, cfr. Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora, 1997, pp. 43-46.

³² Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 729-733; Ernesto Castro Leal, “Magalhães, José Alfredo Mendes de” [...], p. 843. Para alguns aspectos particulares, cfr. Áurea Adão, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal* [...]; Cândido dos Santos, *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, Universidade do Porto, Reitoria, 1996, p. 302; Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra (1926-1961)*, Coimbra, Minerva, 1999; Helena Costa Araújo, *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século. Contextos, Percursos e Experiências. 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000; Cristina Faria, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 135-141.

³³ Franco Nogueira, *Salazar. Estudo Biográfico*, vol. II (*Os Tempos Áureos. 1928-1936*), Coimbra, Atlântida, 1977, pp. 149-150.

³⁴ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], p. 745; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XIII [...], pp. 608-611; Ernesto Castro Leal, “Pacheco, Duarte” [...], p. 1036. Aspectos particulares em António Nóvoa, João Barroso e Jorge Ramos do Ó, “O todo poderosos império do meio”, in *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*, organização de António Nóvoa e de Ana Teresa Santa-Clara, Porto, Asa, 2003, p. 64; Maria Isabel Baptista, *O Ensino Normal Primário. Currículo, Práticas e Políticas de Formação*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004, pp. 134-136.

³⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XIII [...], p. 614.

³⁶ Para o que se segue, cfr. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* [...]; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 734-750; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XII), Lisboa, Presença, 1992, pp. 458-460; Cláudia Castelo, “Ramos, Gustavo Cordeiro” [...], pp. 1149-1150.

³⁷ Este organismo – que não deve ser confundido com a Junta Nacional de Educação, criada em 1936 por Carneiro Pacheco – chamar-se-ia, sucessivamente, Instituto para a Alta Cultura, Instituto de Alta Cultura, Instituto de Cultura Portuguesa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e, actualmente, Instituto Camões.

³⁸ Ana Paula Lopes Andrade Rios, *Regentes Escolares. “Colaboradores Benévolos” ao Serviço da Educação Nacional*, dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, secção de História do Século XX, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, 2 vols., Lisboa, 1997.

³⁹ Eis alguns exemplos: “Obedece e saberás mandar”; “Na família o chefe é o pai, na escola o chefe é o mestre, no Estado o chefe é o governo”; “A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”; “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida”. Cfr. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* [...], p. 283.

⁴⁰ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* [...], p. 158.

⁴¹ António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’ ” [...], p. 457.

⁴² António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’ ” [...], p. 457.

⁴³ Salazar esteve 40 anos seguidos no Governo (1928-1968), 36 dos quais como Presidente do Conselho de Ministros (1932-1968). Mais importante do que isso, foi o principal responsável pela criação de um novo regime, o Estado Novo, que ao todo duraria 41 anos (1933-1974).

⁴⁴ *Mont’Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1830)* [...], p. 374. Silva Teles relata, na mesma carta, um boato que circulou na época: Gustavo Cordeiro Ramos “teria copiado textualmente, num qualquer e unico trabalho que publicou, páginas inteiras de autores que não citou”. Concluía lamentando: “E um miseravel desta esfera é ministro da I. Publica!”.

⁴⁵ Gustavo Cordeiro Ramos, “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo”, in *Uma Série de Conferências*, Lisboa, União Nacional, Centro de Estudos Corporativos, 1937, pp. 368 e 378.

⁴⁶ Este, nomeado por Salazar a 18 de Janeiro de 1936 para um ministério que a 11 de Abril seguinte mudou o nome de Instrução Pública para Educação Nacional – o que por si só já diz muito –, levou a cabo, durante quatro anos, uma importante obra: estabeleceu livros únicos para todos os graus de ensino (com excepção do superior); impôs a obrigatoriedade dos crucifixos nas salas de aula das escolas primárias e infantis da rede pública; criou a Junta Nacional da Educação, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional, reformou os ensinos primário e liceal; mudou o nome dos postos de ensino para postos escolares, encerrou as Escolas do Magistério Primário e extinguiu o ensino infantil público (Cfr. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* [...]; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 753-778; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’ ” [...]; Maria Cândida Proença, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário de História do Estado Novo* [...], vol. II, pp. 709-710; António Pedro Vicente, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. IX, pp. 17-18; Manuel Loff, “Pacheco, António de Faria Carneiro”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], pp. 1030-1035; António Rosmaninho Rolo, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* [...], vol. II, pp. 282-284; Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narratividade educativa na 1.º fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 5, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, pp. 85-109; Luís Reis Torgal, “Construção orgânica do Estado Novo. Princípios, leis, instituições e formas de propaganda”, in Id., *Estado Novo, Estados Novos. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. II [...], pp. 210-219).